

IMPACTOS ECONÔMICOS DO SAQUE DO FGTS

Délis Magalhães

Economista do Núcleo de Economia do Sincomércio em parceria com o Núcleo de Extensão em Conjuntura e Estudos Econômicos (NECEE) / UNESP-Araraquara.

Nessa terça-feira o governo divulgará o calendário oficial de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Nesse momento no qual o mercado de trabalho continua desaquecido e as famílias com um orçamento muito apertado, recuperar esse benefício acabou sendo uma ótima notícia. Caso o trabalhador esteja atualmente empregado, ele não poderá sacar dinheiro da conta que estiver ativa. O saque é limitado para contas inativas nos casos em que o funcionário pediu demissão ou foi demitido por justa causa até dezembro de 2015.

Os saques poderão ser realizados de acordo com a data de nascimento. De acordo com o último desenho do calendário, quem nasceu em janeiro e fevereiro, poderá sacar os recursos a partir de 10 de março; quem nasceu em março, abril e maio, poderá sacar a partir de abril; os que fazem aniversário em junho, julho e agosto, a partir de maio; os aniversariantes de setembro, outubro e novembro, a partir de junho; e os que nasceram em dezembro, em julho.

De acordo com dados divulgados pelo governo, a estimativa é que 70% dos trabalhadores que têm direito ao saque retirem os recursos dessas contas inativas, injetando, assim, cerca de R\$ 30 bilhões na economia. Ainda segundo dados oficiais do ministério do trabalho, são 18,6 milhões de contas inativas que possuem um saldo total de 41,4 bilhões. A maior parte dessas contas tem um saldo inferior a um salário mínimo, e aproximadamente 94% delas tem saldo entre zero e R\$3,5 mil. Anteriormente, somente quem estivesse desempregado por ao menos três anos ininterruptos tinha direito a sacar o FGTS de uma conta inativa.

No cenário econômico, espera-se que a liberação dos recursos do FGTS traga alguns efeitos benéficos sobre diminuição da inadimplência e aumento de consumo, mesmo que em pequena escala. De acordo com pesquisa realizada pelo banco Santander,

cerca de 1% dos trabalhadores possui 50% do que será liberado. Ou seja, o grupo de trabalhadores mais ricos concentra grande parte dos recursos. A tendência é de que eles não utilizem o dinheiro para pagamento de dívidas ou consumo, mas sim redirecionem o mesmo para algum investimento mais vantajoso. A parcela da população que utilizaria a quantia recebida para esses fins acabaria trazendo impactos menos expressivos para melhora do quadro econômico amplo. Ainda que o impacto real na inadimplência seja pequeno, os recursos já representam uma oportunidade para as famílias de incremento na renda diante das restrições do cenário atual.

Mesmo que macroeconomicamente o impacto do uso desses recursos seja muito brando, ele representa uma fonte de otimismo e melhora das expectativas para as famílias que poderão suprir algumas necessidades imediatas. Isso já simboliza mais um suporte para que a recuperação econômica dê continuidade à sua consolidação.